



Prefeitura de Manaus
Manaus Previdência – MANAUSPREV
Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Previdenciário – Especialidade Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.

Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
 - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
 - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
 - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
 - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
 - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. (2º parágrafo)*

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

Atenção: Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
 - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
 - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
 - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
-
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
 - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
 - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
-
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
 - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
 - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
 - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
-
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
-
11. *As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.*
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
 - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
 - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



Atenção: Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária**; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.

O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebo o meu último suspiro".

Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.

* secreta: agente secreto.

** valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
- (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
- (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
- (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
- (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) proporção.
- (E) concessão.

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é

- (A) $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
- (B) $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
- (C) $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
- (D) $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
- (E) $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência $\underbrace{(777\dots77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$ é igual a
- (A) 9.
(B) 1.
(C) 3.
(D) 7.
(E) 0.
-
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.
(B) II está correta.
(C) III está correta.
(D) I e III estão corretas.
(E) II e III estão corretas.
-
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender $\frac{19}{20}$ do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.
(B) 15%.
(C) 16%.
(D) 18%.
(E) 19%.
-
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.
(B) 15h55.
(C) 16h11.
(D) 16h19.
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

21. Determinada conduta dos gestores públicos está sendo questionada judicialmente, sob alegação de afronta ao princípio da proporcionalidade. Considerando o significado e alcance do referido princípio, constituirá fundamentação válida para acolhimento de tal impugnação se o ato em questão
- (A) importar qualquer gradação de limitação de expectativas de direito dos administrados, independentemente da finalidade pretendida.
 - (B) não corresponder à conduta que seria esperada socialmente para a boa gestão da coisa pública.
 - (C) não se adequar à forma prevista em lei, eis que referido princípio impede a prática de atos dotados de discricionariedade.
 - (D) ensejar imposição de obrigações ou restrições superiores àquelas que seriam necessárias para o atingimento da finalidade pretendida.
 - (E) não contar com autorização expressa, de caráter concreto e individualizado, em decreto do Chefe do Executivo.
-
22. Alguns princípios aplicáveis à Administração pública estão expressos na Constituição Federal ou em lei, enquanto outros decorrem do regime publicístico a ela aplicável. Especificamente no que concerne ao princípio da eficiência, tem-se que
- (A) incide apenas sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista, por expressa disposição legal, sendo aplicado por analogia às pessoas jurídicas de Direito Público.
 - (B) não constitui um princípio expresso constitucionalmente, mas apenas em diplomas legais esparsos, o que lhe confere menor peso relativamente aos demais.
 - (C) é expressamente previsto na Constituição Federal e aplicável exclusivamente às entidades integrantes da Administração Indireta.
 - (D) não constitui um princípio explícito na Constituição ou em lei, possuindo amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) passou a contar com previsão expressa na Constituição Federal a partir da edição da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, aplicando-se à Administração pública em geral.
-
23. Suponha que determinado gestor da MANAUSPREV esteja sendo processado por improbidade administrativa, sob alegação de afronta aos princípios aplicáveis à Administração pública. Na referida demanda, o Ministério Público indica potencial afronta ao princípio da moralidade e, em sede de defesa, o gestor alegou que não infringiu nenhum dispositivo legal expresso, não havendo que se falar, nem mesmo em tese, em violação aos princípios da Administração Pública. Diante da situação posta, a argumentação apresentada afigura-se
- (A) cabível, eis que o princípio da moralidade é acessório, submetido ao da legalidade e não possuindo caráter autônomo.
 - (B) cabível, eis que moralidade administrativa, conquanto constitua um preceito legal, não possui *status* de princípio administrativo.
 - (C) descabida, eis que pode haver, em tese, afronta ao princípio da moralidade mesmo em situações onde não ocorra afronta à legalidade.
 - (D) descabida, eis que a necessária ponderação de princípios aplicáveis à Administração confere peso relativo sempre superior ao da moralidade.
 - (E) cabível, na medida em que a verificação da observância dos princípios administrativos deve ser sempre integrada, não cabendo falar em afronta a princípio específico.
-
24. Suponha que em um contrato de concessão de uma linha metroferroviária, regido pela Lei nº 8.987/1995, o Poder Concedente tenha se recusado a autorizar a aplicação de reajuste tarifário de acordo com o índice de correção anual previsto no contrato. Em face do descumprimento de obrigação contratualmente imposta ao Poder Concedente, a concessionária
- (A) está autorizada a suspender a execução do contrato, após decorridos trinta dias da notificação do Poder Concedente.
 - (B) poderá suspender a execução do contrato, após decorridos noventa dias da não concessão do reajuste, desde que comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (C) poderá rescindir unilateralmente o contrato, arguindo a exceção do contrato não cumprido, mediante prévia notificação no prazo estabelecido contratualmente.
 - (D) não pode suspender a prestação dos serviços objeto da concessão, somente podendo rescindir o contrato mediante decisão judicial.
 - (E) embora não possa suspender a prestação do serviço aos usuários, pode escusar-se do cumprimento de outras obrigações contratuais, ficando afastada a aplicação de sanções.



25. Considere que a MANAUSPREV tenha firmado uma concessão administrativa para construção de um novo prédio sede, com pagamento somente após a conclusão da obra e sua disponibilização em condições de uso. Referido contrato foi considerado ilegal pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo razão plausível para tal decisão a
- (A) previsão de execução de obra pública como objeto único do contrato de parceria público-privada.
 - (B) previsão de pagamento de contraprestação não atrelada ao ritmo de execução das obras.
 - (C) celebração por entidade integrante da Administração indireta, eis que somente pessoas jurídicas de direito público podem figurar como contratantes.
 - (D) adoção de modalidade inadequada, eis que somente a concessão patrocinada admite a figura do parceiro público como usuário direto.
 - (E) previsão de investimento superior a R\$ 10 milhões ou prazo inferior a vinte e cinco anos.
-
26. Constitui nota distintiva entre permissão e concessão de serviços públicos
- (A) a necessidade de prévia avaliação e autorização legislativa, presente apenas na concessão, dado o caráter discricionário da permissão.
 - (B) a obrigatoriedade de autorização legislativa, presente apenas na permissão, dado o caráter contratual da concessão.
 - (C) o fato de, embora exigível prévia licitação para ambas, ser obrigatória a adoção da modalidade concorrência quando se tratar de concessão.
 - (D) o prazo de duração, sendo máximo de 5 anos para permissão, e de cinco a trinta anos para concessão.
 - (E) a mutabilidade, presente apenas na permissão, eis que à concessão, enquanto contrato administrativo, não se aplica tal princípio.
-
27. Os contratos de parceria público-privadas, regidos pela Lei nº 11.079/2004, possuem requisitos e condições de caráter obrigatório e cláusulas facultativas, sendo obrigatória a previsão no instrumento contratual de
- (A) prestação de garantia pela Administração pública para pagamento de suas obrigações, não podendo incidir sobre produto de impostos.
 - (B) emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração pública.
 - (C) pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.
 - (D) ser constituída sociedade de propósito específico sob a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.
 - (E) compartilhamento com a Administração pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos por este utilizados.
-
28. A declaração de caducidade em uma concessão de serviço público
- (A) constitui uma das modalidades de extinção antecipada do contrato, por razões de interesse público, incluindo a obsolescência na prestação dos serviços.
 - (B) ocorre quando expirado o prazo contratualmente estabelecido para amortização dos investimentos necessários à prestação dos serviços.
 - (C) opera-se quando a concessionária é considerada inidônea e afasta o direito a qualquer indenização.
 - (D) será nula caso não precedida de intervenção, com vistas à regularização da prestação dos serviços.
 - (E) não afasta a obrigação de indenizar a concessionária por investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados.
-

Administração Financeira e Orçamentária

29. Considere os seguintes itens:
- I. metas para as despesas de capital.
 - II. metas para os programas de duração continuada.
 - III. metas para a política fiscal.
- Nos termos da Constituição Federal, esses itens devem estar presentes, respectivamente,
- (A) no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.
 - (C) no Plano Plurianual, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) na Lei Orçamentária Anual, na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-



30. O projeto de Lei Orçamentária de determinado ente da Federação previu:

- I. isenções.
- II. anistias.
- III. remissões.
- IV. subsídios.
- V. benefícios de natureza creditícia.

Nos termos da Constituição Federal, os itens

- (A) I, II e III devem estar presentes no demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, e os itens IV e V no relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) I, II, III, IV e V devem estar presentes no demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas.
- (C) I, II e III devem estar presentes no anexo com previsão de agregados fiscais, e os itens IV e V no relatório resumido da execução orçamentária.
- (D) I, II, III, IV e V devem estar presentes no relatório resumido da execução orçamentária.
- (E) I, II e III devem estar presentes no demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, e os itens IV e V no anexo com previsão de agregados fiscais.

31. Determinado ente da federação concedeu incentivo de natureza tributária correspondente à isenção em caráter não geral e que configurou renúncia de receita. Nesse caso,

- I. o ato foi acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- II. o ato atendeu ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. o ato foi acompanhado de medidas de compensação por meio do aumento de receita proveniente de criação de tributo.
- IV. a isenção entrou em vigor em janeiro de 2000.
- V. as medidas compensatórias foram implementadas 90 dias depois, em abril de 2000.

O benefício concedido pode ser considerado

- (A) ilegal, pois deveria ter sido dado atendimento ao Plano Plurianual.
- (B) legal, pois o interstício de 90 dias tem previsão constitucional, uma vez que houve a criação de tributo.
- (C) ilegal, pois a isenção deveria ser em caráter geral.
- (D) legal, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias permite a concessão de isenção em caráter não geral.
- (E) ilegal, pois a isenção deveria ter entrado em vigor quando implementadas as medidas compensatórias.

32. A execução do orçamento de determinado ente da federação resultou em um superávit do orçamento corrente. Esse resultado é classificado como receita

- (A) de capital.
- (B) corrente.
- (C) tributária.
- (D) patrimonial.
- (E) de inversão financeira.

33. Um determinado ente da federação adquiriu uma televisão. O empenhamento e a liquidação regular ocorreram antes de 31 de dezembro daquele exercício, mas não o devido pagamento. Nesse caso,

- (A) houve crime fiscal, uma vez que o pagamento não foi realizado até 31 de dezembro daquele exercício, mesmo tendo a televisão sido entregue.
- (B) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar processados.
- (C) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar não processados.
- (D) deve haver a inscrição na dívida ativa não tributária.
- (E) houve crime fiscal, uma vez que não foi respeitado o exercício financeiro.

34. Sobre o regime de adiantamento da despesa pública,

- (A) é ilegal fazer dois adiantamentos a um mesmo servidor.
- (B) independe de prévio empenho.
- (C) tem a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- (D) permite a prestação de contas global e por estimativa.
- (E) independe de previsão legal.

**Noções de Direito Constitucional**

35. Um empregado que registrou candidatura a cargo de direção de sindicato representativo da categoria no âmbito estadual foi eleito para um mandato de dois anos, que exerceu integralmente até o fim. Nos termos da Constituição Federal, a dispensa do empregado é vedada a partir do
- (A) registro da candidatura e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) primeiro dia do mandato e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (C) registro da candidatura e até três anos após o fim do mandato.
 - (D) registro da candidatura e até dois anos após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (E) primeiro dia do mandato e até três anos após o fim do mandato.
-
36. Ao disciplinar os direitos políticos, a Constituição Federal estabelece que
- (A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação.
 - (B) a cassação de direitos políticos ocorrerá, dentre outros motivos, por condenação criminal transitada em julgado.
 - (C) somente por meio de emenda constitucional podem ser estabelecidas outras hipóteses de inelegibilidade além das expressamente já previstas no texto constitucional.
 - (D) o analfabetismo é causa de inelegibilidade, mas não impede o alistamento eleitoral.
 - (E) é vedada a tramitação em segredo de justiça da ação de impugnação de mandato.
-
37. Sobre as normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considere:
- I. A cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios que regem a República em suas relações internacionais.
 - II. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
 - III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação, é objetivo fundamental da República.
 - IV. A defesa da paz e a não intervenção são fundamentos da República.
- À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.
-
38. Diante dos regramentos constitucionais para a ciência, tecnologia e inovação,
- (A) os Municípios são obrigados a destinar parcela de seu orçamento à União Federal, para financiamento das universidades federais.
 - (B) a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
 - (C) o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, vedada, no entanto, a concessão de meios e condições especiais de trabalho para os que dela se ocupem.
 - (D) é vedada a articulação entre entes públicos e privados para a realização de pesquisas científicas.
 - (E) os Estados e o Distrito Federal são obrigados a vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa.
-
39. Em conformidade com as normas constitucionais atinentes ao financiamento da seguridade social,
- (A) é decisão discricionária do Poder Público contratar ou conceder benefícios ou incentivos fiscais às pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social.
 - (B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social serão remetidas à União e integrarão o orçamento federal.
 - (C) as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
 - (D) é facultada a contribuição para a seguridade social do pescador artesanal que exerça sua atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.
 - (E) as contribuições sociais da empresa ou entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica.

**Noções de Direito Administrativo**

40. Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere
- (A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.
 - (B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.
 - (C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável neste aspecto, em determinados casos.
 - (D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exteriorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.
 - (E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.
-
41. A demonstração de lesão ao erário, com efetiva comprovação de desvio ou apropriação de recursos, é imprescindível para
- (A) tipificação das modalidades de ato de improbidade, prescindindo-se, no entanto, da demonstração de culpa.
 - (B) imposição de penalidade a servidor, pela tipificação de infração disciplinar que também configure ato de improbidade.
 - (C) configuração das modalidades dolosas e culposas de ato de improbidade, aliada à demonstração de ofensa aos princípios da Administração pública.
 - (D) tipificação da modalidade de ato de improbidade de mesmo nome, que autoriza a aplicação de pena de perda dos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio do agente público responsável.
 - (E) presunção de culpa do servidor pela infração disciplinar homônima, ensejando, ademais, agravamento da pena.
-
42. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
 - (B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.
 - (C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.
 - (D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
 - (E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
-
43. O processo administrativo regido pela Lei federal nº 9.784/1999
- (A) sujeita-se ao princípio da inércia, não podendo ser instaurado de ofício.
 - (B) não admite a participação de terceiros interessados, considerando o caráter sigiloso decorrente das inafastáveis operações de tratamento de dados envolvidas.
 - (C) não admite delegação de competência de nenhuma natureza, considerando que todas as matérias são sujeitas à competência exclusiva.
 - (D) admite que as provas ilícitas sejam sanadas, excepcionalmente, quando se prestarem à busca da verdade real.
 - (E) permite que o interessado apresente documentos mesmo após o encerramento da fase instrutória, se antes de proferida a decisão.
-
44. Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei federal nº 13.709/2018, o princípio
- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
 - (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.
 - (D) do consentimento colocou fim aos bancos de dados de acesso público, tornando necessária identificação do titular em todas as operações.
 - (E) da publicidade admite que seja solicitada ao titular de dados autorização genérica para tratamento, diferindo para momento posterior a indicação da finalidade da operação de tratamento de dados.



45. A descentralização administrativa, como forma de organização da Administração pública,
- (A) implica a criação de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, para execução das funções primordiais e essenciais da Administração central, vedada a delegação do poder de polícia.
 - (B) é compatível com a manutenção do poder de polícia pela Administração pública central, não sendo admitida a delegação do mesmo para empresas estatais.
 - (C) abrange a criação de órgãos administrativos na estrutura da Administração direta, por lei ou decreto autônomo, conforme o caso, aos quais podem ser delegadas funções típicas de Estado.
 - (D) mantém a hierarquia dos entes descentralizados à Administração central, esta que pode exercer o poder de revisão dos atos por aqueles praticados.
 - (E) significa a instituição de pessoas jurídicas com poderes de autoadministração, mediante edição de lei de criação ou de autorização, submetidas ao regime jurídico de direito público ou privado, conforme o caso.

Noções de Direito Civil

46. De acordo com as regras estabelecidas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, uma Lei Federal que não seja temporária, salvo disposição contrária, começa a vigorar em todo o território brasileiro
- (A) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, e segue em vigor até que seja modificada ou revogada por uma lei posterior, e seus efeitos podem retroagir para afetar a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
 - (B) três meses depois de oficialmente publicada e segue em vigor até que seja modificada ou revogada por uma lei posterior, mas seus efeitos não podem retroagir para afetar a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
 - (C) no dia em que for oficialmente publicada e segue em vigor até que seja modificada ou revogada por uma lei posterior, mas seus efeitos não podem retroagir para afetar a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
 - (D) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, e segue em vigor até que seja modificada ou revogada por uma lei posterior, mas seus efeitos não podem retroagir para afetar a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
 - (E) três meses depois de oficialmente publicada e segue em vigor até que seja modificada ou revogada por uma lei posterior, mas seus efeitos podem retroagir para afetar a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
47. Renato completou dezesseis anos na semana passada. De acordo com as disposições da parte geral do Código Civil de 2002, ele é considerado
- (A) relativamente incapaz para certos atos da vida civil, salvo se for emancipado, devendo, nesses casos, ser assistido para praticá-los.
 - (B) relativamente incapaz para os atos da vida civil, mesmo que seja emancipado, devendo ser assistido para praticá-los.
 - (C) absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representado para praticá-los.
 - (D) absolutamente capaz para os atos da vida civil, independentemente de ser emancipado ou não, dispensando-se assistência ou representação para a validade de sua expressão de vontade com efeito civil.
 - (E) relativamente incapaz para os atos da vida civil, desde que ele seja emancipado, pois do contrário ele precisará ser representado para praticá-los.
48. Rogério e Giovana mantêm relacionamento afetivo há cerca de quatro anos. Não se casaram e, embora não morem na mesma cidade e não tenham filhos, se apresentam para a sociedade como casal e dividem as despesas para o seu sustento. Esse relacionamento
- (A) não configura união estável, uma vez que a lei exige expressamente, como requisito para a configuração de união estável, que haja coabitação, tornando impossível seu reconhecimento se o casal não residir na mesma residência.
 - (B) não configura união estável, uma vez que a lei prevê expressamente o prazo de cinco anos como o período mínimo de convivência para configurar relação de união estável.
 - (C) pode configurar união estável se, ausentes impedimentos legais, ficar configurada a convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
 - (D) pode configurar união estável, mas somente se houver o exposto reconhecimento do casal por meio de uma escritura pública devidamente registrada em cartório.
 - (E) é considerado união estável independentemente do preenchimento de outros requisitos além da existência de um relacionamento afetivo e de compartilhamento de despesas.
49. Hugo tem um primo chamado Bernardo. Bernardo é filho do irmão do genitor de Hugo. O Código Civil, ao regulamentar o Direito de Família, enquadra essa situação de parentesco que popularmente conhecemos por "primo-irmão" como parentesco por
- (A) afinidade em linha reta de terceiro grau.
 - (B) afinidade em linha colateral de terceiro grau.
 - (C) consanguinidade em linha colateral de primeiro grau.
 - (D) consanguinidade em linha reta de primeiro grau.
 - (E) consanguinidade em linha colateral de quarto grau.



50. Letícia faleceu, deixando viúvo seu esposo Luiz, com o qual foi casada por vinte anos, no regime da comunhão parcial, sem jamais dele se separar, de fato ou judicialmente. De acordo com a ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil, em relação aos bens particulares de Letícia, Luiz
- (A) é o único herdeiro de Letícia e tem direito à integralidade da herança deixada, independentemente da existência de descendentes ou ascendentes de Letícia.
 - (B) é herdeiro e concorre com os descendentes de Letícia, se houver, ou, ainda, na falta destes, com eventuais ascendentes vivos, somente ficando com a integralidade da herança se Letícia não tiver deixado descendentes nem ascendentes vivos.
 - (C) não é considerado herdeiro da autora da herança, a não ser que seja contemplado, por testamento; se não houver testamento, a herança deve ser dividida somente entre os eventuais descendentes de Letícia.
 - (D) é herdeiro e concorre com os descendentes de Letícia, desde que sejam seus herdeiros também.
 - (E) é herdeiro e nunca concorre com os ascendentes vivos de Letícia, mesmo que esta não tenha deixado descendentes.

Noções de Direito Previdenciário

51. Ulisses é analista do Poder Judiciário e Afrodite é professora de ensino superior lecionando em Universidade Federal de Administração, sendo ambos servidores públicos da União vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social, e estão requerendo o direito à aposentadoria. Nesse caso, conforme regras contidas na Constituição Federal, Ulisses e Afrodite, respectivamente, devem contar com
- (A) 70 e 65 anos de idade.
 - (B) 70 e 55 anos de idade.
 - (C) 65 e 57 anos de idade.
 - (D) 62 e 57 anos de idade.
 - (E) 65 e 62 anos de idade.
52. Conforme regras previstas na Constituição Federal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo
- (A) oferecerá plano de benefícios nas modalidades de contribuição definida e variável.
 - (B) será instituído na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
 - (C) será efetivado apenas por entidade aberta de previdência complementar.
 - (D) somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
 - (E) poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, desvinculada da prévia e expressa opção do servidor.
53. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) não poderá ser inferior ao valor da metade da contribuição do segurado.
 - (B) não poderá exceder, a qualquer título, dois terços da contribuição do segurado.
 - (C) poderá exceder, quando houver déficit orçamentário comprovado, até o dobro da contribuição do segurado.
 - (D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (E) não poderá ser superior ao triplo da contribuição do servidor ativo.
54. Conforme normas constitucionais, alteradas pela Emenda Constitucional nº 103/2019,
- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, com contribuição exclusiva do respectivo ente federativo e de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) o servidor público da Administração direta no exercício de mandato eletivo, que for segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, devendo migrar para o regime geral.
 - (C) é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes sem previsão legal que extinga regime próprio de previdência social.
 - (D) poderão ser estabelecidos, por lei ordinária do ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores públicos em atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, sendo permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
 - (E) aplicam-se as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal para o Regime Próprio de Previdência Social da União, não cabendo qualquer requisito ou critério fixado para o Regime Geral de Previdência Social.
55. A Constituição Federal ao disciplinar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estabelece:
- (A) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de Regime Próprio de Previdência Social.
 - (B) Será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência Social, mas não haverá a compensação financeira entre eles.
 - (C) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, em qualquer hipótese.
 - (D) Aplica-se este regime ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - (E) É vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social no âmbito da União, sendo permitida tal hipótese em cada ente federativo e nos municípios, observados os critérios, parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei complementar.

**Legislação Municipal**

56. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005 e suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus/AM, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) Proteção à criança e ao adolescente.
 - (B) Cuidados com a maternidade.
 - (C) Aposentadoria compulsória.
 - (D) Auxílio-reclusão.
 - (E) Acidente em serviço.
-
57. Nos termos da lei municipal que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manaus/AM, são beneficiários do regime, na condição de dependente do segurado:
- (A) o companheiro, enquanto perdurar a união estável.
 - (B) o cônjuge, até o prazo de dois anos após a dissolução do casamento.
 - (C) os filhos desde que menores de dezoito anos, não emancipados de qualquer condição.
 - (D) o irmão ainda que emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos.
 - (E) os avós inválidos, desde que a invalidez seja preexistente ao óbito do segurado.
-
58. Sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência (MANAUSPREV), a legislação municipal dispõe:
- (A) A MANAUSPREV é uma autarquia integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) O Conselho Municipal de Previdência é órgão colegiado consultivo, integrado por nove conselheiros titulares e respectivos suplentes.
 - (C) O Conselho Diretor é composto por Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Previdência que serão nomeados pela Câmara Municipal para mandato de dois anos, sujeito a uma recondução.
 - (D) A indicação do Superintendente de Investimentos será efetuada pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo Conselho Diretor, sendo nomeado para mandato de dois anos, admitida a recondução.
 - (E) O Quadro de Pessoal da MANAUSPREV é composto por cargos públicos, para provimento em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e em comissão, de livre nomeação e exoneração.
-
59. Servidor público do Município de Manaus que praticar conduta reprovável, por ação ou omissão, e em desconformidade com dever jurídico a ele imposto,
- (A) deverá responder a processo judicial, perdendo o cargo na hipótese de ser considerado culpado por crime contra Administração, hipótese em que a Administração pública está obstada de apurar os mesmos fatos.
 - (B) poderá responder a processo administrativo disciplinar, cuja instauração é ato de competência exclusiva do Chefe do Executivo.
 - (C) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, o Prefeito Municipal.
 - (D) poderá responder a processo judicial, independentemente da natureza da infração cometida, em razão do controle judicial exercido sobre os atos da Administração.
 - (E) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.
-
60. Autoridade legalmente competente para decidir os recursos administrativos apresentados em processos disciplinados pela Lei Municipal nº 1.997/2015 pretende delegar referida competência, em razão de circunstância de índole hierárquica. A delegação
- (A) é juridicamente inviável, por se tratar de hipótese vedada por lei.
 - (B) pode ser dar por meio da edição de ato normativo administrativo específico, publicado no Diário Oficial do Município.
 - (C) pode ser concretizada por meio de renúncia à competência.
 - (D) não poderá se operar, exceto se o ato de delegação for autorizado pelo superior hierárquico.
 - (E) é juridicamente inviável, exceto se o ato que a materializar especificar os poderes transferidos e a sua duração.